

Seminário Jurídico da CONTRATUH já tem data marcada

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), realizará de 29 de fevereiro a 2 de março, em Brasília, o Seminário Jurídico no San Marco Hotel, na Capital da República.

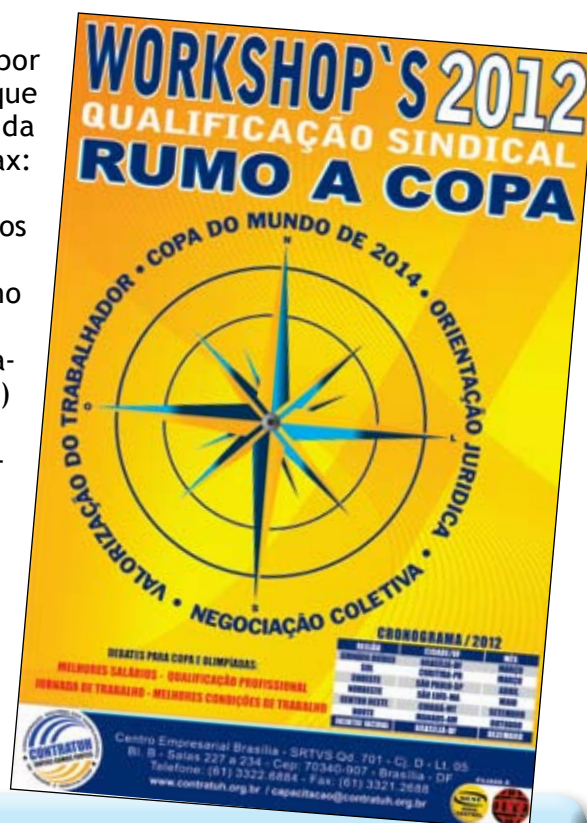
O evento tem como objetivo focar na questão das negociações coletivas em nível nacional, promovendo buscar melhores condições de trabalho e remuneração aos trabalhadores do grupo Turismo e Hospitalidade.

O critério para participação no seminário é de um dirigente sindical e dois advogados por entidade filiada. A taxa de inscrição para o evento é de R\$ 100,00 por participante. As inscrições poderão ser feitas de 6 a 20 de fevereiro diretamente pelo site

www.contratuh.org.br ou por meio da ficha de inscrição, que poderá também ser retirada pelo portal e enviada pelo fax: (61) 3321.2688.

Os temas a serem discutidos durante o evento serão:

- Atuação sindical como substituto processual;
- Dissídio coletivo do trabalho (Aspectos controvertidos) e efeito suspensivo;
- Direito de greve e momento de exercitá-lo;
- Reivindicações unificadas dos trabalhadores em tempos de grandes eventos;
- Atuação dos advogados no movimento sindical brasileiro e;
- O custeio das entidades sindicais.



Workshop's de Qualificação Sindical 2012

Em março a CONTRATUH inicia a série de trabalhos dos Workshops Regionais 2012. Começando pela região sul, Curitiba é a cidade escolhida para o evento.

Entre os assuntos a serem tratados, estão em destaque a Negociação Coletiva, a Copa do Mundo de 2014, Orientação Jurídica e Valorização do Trabalhador.

Para mais informações visite regularmente o sítio da entidade em www.contratuh.org.br. Não deixe de participar, as inscrições são limitadas.

Profissionais de beleza são reconhecidos

Página 3

Lei reconhece profissão de turismólogo

Página 6

Aposentadoria especial: garçons, maitre e cozinheiros

Página 4



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

SRTVS Quadra 701 - Conjunto D - Lote 5 Bl. B Salas 227 a 234 - Cep: 70.340-907 Brasília-DF
Fone: (61) 3322-6884 Fax: (61) 3321-2688
Home page: <http://www.contratuh.org.br>
E-mail: contratuh@contratuh.org.br

Diretoria Administrativa Efetiva

Diretor Presidente
MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD
Vice-Presidente
FRANCISCO CALASANS LACERDA
Secretário Geral
DIRCEU DE QUADROS SARAIVA
Primeiro Secretário
JOSÉ RAMOS FÉLIX DA SILVA
Tesoureiro Geral
WILSON PEREIRA
Primeiro Tesoureiro
ROOSVELT DAGOBERTO SILVA
Diretor de Planejamento
JOSÉ JUVINO DA SILVA FILHO
Diretor de Patrimônio
HENRIQUE BUBLITZ
Diretor de Assuntos Previdenciários
JOSÉ ALVES AMORIM
Diretora de Assuntos Parlamentares
VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS
Diretor de Assuntos Sindicais
LUIZ ONOFRE CHAVES DE BRITO

Diretoria Executiva Efetiva

Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
JADIR RAFAEL DA SILVA, MARCOS SÉRGIO DA SILVA e SÉRGIO TRAJANO DE SÁ
Refeições Coletivas e Afins
LUIZ GONZAGA DA SILVA NASCIMENTO e LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA SILVA
Turismo e Casas de Diversões
ALOÍSIO CONCEIÇÃO BARBOSA, MARIA ROSALINA BARBOSA GONÇALVES e ELISSON ZAPPAROLI
Asseio e Conservação e Serviços
MARIA INÊS CONTINI, MARLENE GOMES DE OLIVEIRA e ELIZEU GERALDO DE MELO
Edifícios e Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais Conservação de Elevadores
ANTÔNIO MARQUES DOS SANTOS e CÍCERO PEREIRA DA SILVA
Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas
ROGÉRIO JOSÉ GOMES CARDOSO, GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO e SÉRGIO ANTONIO ALVES DO CARMO
Lavanderias e Similares
HÉLIO AMÂNCIO PINTO, DIVINO MARQUES BRAGA e ODEILDO RIBEIRO DOS SANTOS
Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Barbeiros, Lustradores de Calçados
MARIA DOS ANJOS M. HELLMMEISTER, LIDUÍNA MARQUES COSTA e LAUDICÉIA DO CARMO

Conselho Fiscal Efetivo

AGAPITO LOPES PEREIRA
VICENTE BRÁZ CHRISPIM

Suplentes da Diretoria

ADÉLCIO CARLOS DA SILVA
BRASILINA NETA AVELINO SANTOS
CÍCERO LOURENÇO PEREIRA
DÉBORA DOS SANTOS MESSIAS
EDMUNDO ALVES DOS SANTOS
FAUSTO SCHMIDT
GERALDO PEREIRA DA SILVA
JOAQUIM PEDRO DOS SANTOS FILHO
JOÃO MENDONÇA DA SILVA FILHO
JOSÉ MARIA DOS SANTOS
JOSÉ MAURÍCIO ALVES SOARES
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
LUIZ CARLOS DE CARVALHO
LUIZ REICHERT
LUIZ VECCHIA
MILTON FERREIRA DO AMARAL
MOARIM CARLOS RODRIGUES
NELSON AURÉLIO MARTINS
OLIVA CABADO MODIA MENDES
ORLANDO CÂNDIDO GOMES
ORLANDO LOURENCEL RANGEL
SÔNIA REGINA BARCELOS VIDAL
VILSON OSMAR MARTINS

Suplentes do Conselho Fiscal

JOÃO DE DEUS CORREIA
HEVELARTE GALVÃO DO NASCIMENTO

Jornalista responsável: Graciete Brito MTb (8933)
Diagramação e Editoração Eletrônica:
F4 Comunicação Fone: (61) 3224-5021
Impressão: Gráfica Zeni. Fone: (61) 3344-7584
Tiragem: 5 mil exemplares

Editorial

Mais uma vitória

Começamos o ano muito bem com a sanção de duas novas leis para o nosso ordenamento jurídico. São elas a 12.592 e a 12.591, ambas de 18 de janeiro de 2012. A primeira dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador e a segunda, reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.



O reconhecimento desses profissionais por meio de leis significa a vitória de uma luta antiga que vem sendo feita pelos trabalhadores que abrange essas categorias. A CONTRATUH, que contribuiu para que essa reivindicação se tornasse uma realidade, parabeniza seus principais atores no processo de elaboração e articulação para aprovação dessas normas legais.

Vitórias como essas só são possíveis graças à união e ao trabalho conjunto de trabalhadores, de dirigentes sindicais e de associações que visam sempre o melhor para o trabalhador e para o País. Esse momento deve ser comemorado por cada um de vocês, trabalhadores de beleza em geral e turismólogos.

Porém, a nossa luta vai continuar. Os

vetos da presidente Dilma Rousseff a artigos específicos em cada uma das leis propiciará o debate de um estatuto para as novas as profissões que contemple essas demandas constantes do nosso arcabouço jurídico. Nosso objetivo é que esses profissionais possam ter, assim como os demais, regras mínimas para o seu exercício, de modo que ao trabalharmos por esse novo marco haja um norte para as demais profissões e valorização ainda mais dessas categorias.

Sabemos que a nossa luta é contínua em defesa de toda a classe trabalhadora e, com a ajuda desses profissionais poderemos também garantir e ampliar ainda mais os direitos até aqui já conquistados e os que ainda estão pendentes de vitória.

Parabéns aos cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores e aos turismólogos. Agora, temos mais um batalhão ao nosso lado para continuar a nossa caminhada na busca por um País com respeito ao trabalhador e ao seu povo. Continuaremos juntos, porque assim seremos mais fortes.

Moacyr Roberto Tesch Auersvald
Presidente da CONTRATUH

Reunião busca consenso para taxa de serviço

No dia 23 de janeiro foi realizada no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH) a reunião com a Comissão Bipartite, composta por representantes da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), da Confederação com representantes dos trabalhadores para discutir alterações na Lei da Taxa de Serviços.

A mesa foi composta pelo presidente da CONTRATUH, Moacyr Roberto Tesch, o vice-presidente Francisco Calasans e os diretores Luiz Onofre Chaves de Brito; José Ramos F. da Silva; Roosevelt

Dagoberto Silva e Wilson Pereira. Participaram também o presidente da FBHA; Alexandre Sampaio de Abreu; Marco Antônio Fatuch (2º Vice-presidente da FBHA); Wilson Calil (vice-presidente da FBHA); Lirian Soares Cavalheiro e Fabricio Zastawny.

A pauta discutida durante a reunião foi as possíveis alterações para o PLC 57/2010 que trata da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. As negociações continuam em busca de um consenso para aprovação de mais este benéfico para os trabalhadores.



Sancionada Lei que regulamenta a profissão de beleza em geral

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, no último dia 18 de janeiro, a Lei 12.592 que regulamenta as profissões de manicure, cabeleireiro, barbeiro, esteticista e maquiador em todo o País. Muitos profissionais devem sair da informalidade com a regulamentação e ganharem força para serem contratados com carteira assinada.

Publicada no Diário Oficial da União em 19 de janeiro, a Lei determina que os profissionais do setor de beleza obedeçam “as normas sanitárias, efetuando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento a seus clientes”. Além disso, também foi instituído o dia 19 de janeiro como data oficial para comemorar o Dia Nacional do Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

Porém, o texto veta a exigência da conclusão no ensino fundamental, diploma em curso na área ou comprovação de experiência na área por um ano. A possibilidade de revalidação do diploma estrangeiro também foi um item barrado pela presidenta Dilma Rousseff.

A aprovação da Lei foi comemorada pelos profissionais, repre-



A diretora da CONTRATUH, Maria dos Anjos Hellmeister, também presidente do SINDEBELEZA com o senador Paulo Paim e diretoras do sindicato

sentantes de entidades de classe e autoridades federais que trabalharam na busca da regulamentação desses profissionais da categoria há mais de 20 anos.

RESPEITO AOS PROFISSIONAIS

A Diretora Executiva da CONTRATUH, Maria dos Anjos Hellmeister, também presidente do SINDEBELEZA comentou que a Lei dá um maior reconhecimento e respeito aos profissionais, segurança dos direitos e benefícios, que muitas vezes são negados e, a obrigatoriedade do cumprimento das normas da Anvisa.

“Trabalhando dentro das normas da Anvisa, preservamos a nossa saúde, de nossos familiares e das

clientes, pois, o contato direto e impessoal coloca principalmente as manicures, pedicures, esteticistas e depiladoras numa exposição de risco”, explicou Maria dos Anjos acrescentou ainda que a vitória é principalmente para as mulheres profissionais do setor.

“Como a categoria tem 92% de mulheres, que em regra geral são apoio de suas famílias, não terão mais o constrangimento de ouvir ‘se quiser trabalhar é

assim [sem registro], se não quiser tem quem queira’. Pois a necessidade dessas mulheres de levar para o seu lar o sustento de seus filhos, acaba ficando em primeiro lugar e, por último, devido às intensas jornadas, a sua saúde”, disse.

Para Maria dos Anjos, o grande impacto da sanção da Lei está sendo justamente com o setor patronal, que irá argumentar a elevação de preços e o repasse dos valores que são de sua obrigação para os clientes. “Nossa gratidão pela regulamentação é de acrescentar à CBO [Classificação Brasileira de Ocupações] como profissionais de imagem pessoal á ‘profissionais devidamente reconhecidos pelas leis brasileiras’”, finalizou.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhista está em vigor

A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas entrou em vigor e surpreendeu até mesmo o próprio órgão que emite as certidões. O site do Tribunal Superior do Trabalho (TST) registrou a emissão de 170 mil certidões negativas de débitos trabalhistas em menos de uma semana após o início da vigência da Lei 12.440/11.

O presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, declarou que a CNDT vai contribuir de forma decisiva para a efetivi-

dade da execução das sentenças e para o cumprimento espontâneo das obrigações trabalhistas pelas empresas.

Só no primeiro dia útil depois do término do recesso judiciário, foram emitidos cerca de 15 mil documentos. A certidão é emitida a partir das informações do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), depois que o devedor descumpriu sua obrigação no prazo determinado judicialmente.

O devedor inscrito em um pré-cadastro terá prazo de 30 dias,

sem prorrogação, para regularizar sua situação. Após o prazo, observando cada caso, o inadimplente será incluído para a emissão da certidão positiva ou de certidão positiva com efeito de negativa. Uma vez paga a dívida ou satisfeita a obrigação, o devedor é excluído do BNDT.

A CNDT é expedida gratuita e eletronicamente, basta acessar as páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, com a indicação do CPF ou do CNPJ.



Poder Executivo

PEC do Trabalho Escravo será prioridade neste ano

A Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, declarou no Fórum Social Temático em Porto Alegre que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/01, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, será prioridade da sua pasta em 2012.

Durante o debate “Com trabalho escravo, não há desenvolvimento sustentável”, em celebração ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a ministra revelou que discutiu a questão na semana passada

em reunião com a presidenta Dilma Rousseff, e que ela se mostrou favorável à legislação proposta. A PEC 438 prevê a expropriação e destinação para reforma agrária de propriedades onde for flagrado trabalho escravo.

ESCRAVOS URBANOS

A ministra declarou que o problema do trabalho escravo não é uma questão que acontece só no campo, os trabalhadores das cidades também sofrem com essa mazela social. Rosário destacou o contra exemplo da

empresa Zara, que foi denunciada por um programa de TV, onde a empresa contratada pela loja de departamento para confeccionar as roupas vendidas na rede mantinha trabalhadores em situação semelhante a de escravos.

A PEC 438 foi apresentada em 2001 e desde 2004 está parada na Câmara dos Deputados. A proposta já foi aprovada pelo Senado, mas deve retornar a Casa de origem devido uma emenda que prevê a expropriação também das propriedades urbanas onde for flagrado o trabalho escravo.



Poder Legislativo

Aposentadoria especial para trabalhadores de bar e restaurantes

O senador Gim Argelo (PTB-DF) apresentou projeto para que trabalhadores do setor de bares e restaurantes tenham direito à concessão de aposentadoria especial. Trata-se do Projeto de Lei do Senado 652/11, que tramita na Casa e aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O autor argumenta que os profissionais que atuam em bares e restaurantes são submetidos a condições prejudiciais à saúde como a necessidade de permanecer em pé durante longos períodos e a

exposição a forte variação de temperatura, em câmaras frigoríficas, fogões e fornos, o que justificaria a concessão do benefício.

Pela proposta, além de garçons, trabalhadores que atuam nas funções de maitre, cozinheiro de bar ou restaurante e confeitoiro também poderão ter direito a se aposentar mais cedo, após 25 anos de contribuição.

A aposentadoria especial é concedida a pessoas que trabalharam em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, expostas a agentes químicos e biológicos.

O tempo de contribuição para as aposentadorias especiais é reduzido, variando de 15, 20 ou 25 anos dependendo do tipo de exposição do segurado.

O projeto apresenta ainda a previsão do impacto nas contas da Previdência Social com a possibilidade do menor tempo de contribuição para esses profissionais. O parlamentar sugere que haja acréscimo de 1% (um por cento) no valor das contribuições das empresas que contam com profissionais dessa categoria em seu quadro funcional.



Poder Judiciário

Ano Judiciário inicia e terá pauta polêmica em fevereiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou dia 1º de fevereiro, a cerimônia de abertura do Ano Judiciário. No mesmo dia, a Corte realizou sua primeira sessão no plenário da Casa às 14h.

Para este ano a pauta do STF é polêmica. Entre os julgamentos, merece destaque a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB), que questiona os poderes do CNJ para investigar e punir juizes por desvios ético-disciplinares. A Adin pode ser julgada no mérito.

SOLENIIDADE DE ABERTURA

A solenidade, que marca o início dos julgamentos na Suprema Corte em 2012, será conduzida pelo presidente do STF e do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso, na sede do órgão, em Brasília.

Realizada desde 2004, a sessão especial reúne representantes dos Três Poderes de Estado, entre outras autoridades. O evento contou com as presenças do presidente da República em exercício, Michel Temer, e do presidente do Senado Federal, José Sarney, entre outras autoridades.

Espaço Mulher

Mulher e Organização Sindical



Participantes da oficina “Mulher e Educação Política”, no FST em Porto Alegre

A Nova Central participou da Oficina “Mulher e Educação Política” realizada no Fórum Social Temático 2012 em Porto Alegre. Sônia Zerino representou a NCST, e em sua palestra, tratou de assuntos relacionados à mulher dentro da organização sindical e o papel que ela desempenha.

A diretora participou da

oficina, juntamente com a ex-senadora Emilia Fernandes, que na ocasião debateu o tema: Inserção da Mulher na Política. A jornalista Eunice Flores, Presidenta do PMDB Mulher do RS deu sua contribuição ao falar de suas experiências como militante do partido e o trabalho realizado em prol da mulher dentro deste contexto.

Fórum Nacional de Mulheres das Centrais Sindicais

As secretarias nacionais de políticas para mulheres das centrais sindicais: NCST, CTB, CGTB, Força Sindical e UGT realizaram no último dia 31 de janeiro, em São Paulo, uma reunião para tratar de assuntos relevantes às mulheres e

definir agenda de trabalho para este ano.

A pauta do encontro, realizado na sede da Força Sindical SP, serviu para definir alguns pontos importantes como: Seminário da reforma política, preparativos para o dia

08 de março, Dia Internacional da Mulher, Projeto de Lei da Igualdade, entre outros temas.

A Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude, Sônia Maria Zerino, esteve presente e representou a Nova Central.

Espaço do Diretor

O fantasma das entidades sindicais

O Diretor de Assuntos Sindicais da CONTRATUH, Luiz Onofre Chaves de Brito, é o nosso convidado a participar da Coluna do Diretor neste mês de fevereiro. Na ocasião, ele expressa sua opinião sobre o Ministério Público do Trabalho.

Para ele o MPT está se transformando em um fantasma no que diz respeito à perseguição às entidades sindicais. “O que acontece atualmente é um indício forte de querer prejudicá-las, entidades essas, únicas e legítimas da representação do trabalhador”, diz ele.

Para Luiz Onofre os ataques vão desde as contribuições dos trabalhadores como até às entidades. “São intervenções nas eleições dos sindicatos e pior, intervenções nas diretrizes das respectivas diretorias”.



O diretor da CONTRATUH, Luiz Onofre Chaves de Brito

Os estatutos das entidades, segundo o Diretor, preconizam o que está no artigo 8º e parágrafos da Constituição Federal e são comple-

mentadas pela Consolidação das Leis do Trabalho que ressaltam os poderes das assembleias gerais dos trabalhadores que são o órgão máximo de deliberação.

De acordo com Luiz Onofre, o Ministério Público do Trabalho quer que as entidades sindicais sejam sufocadas, principalmente, quando se fala nas contribuições aos sindicatos.

“É frustrante para o dirigente sindical se ver diante de situações como essas. O Ministério Público do Trabalho em vez de ajudar as entidades sindicais, orientando um melhor aproveitamento nas suas representações, se comporta com o objetivo de intervir no que não pode. Isto fere a liberdade sindical e subverte a ordem constitucional”, finalizou.



Em foco

Nova Central participa do Fórum Social Temático 2012, em Porto Alegre

De 24 a 29 de janeiro, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) participou do Fórum Social Temático 2012, em Porto Alegre. O evento com o tema 'Crise capitalista, justiça social e ambiental' foi marcado com a realização de diversos eventos, iniciado com a Marcha de Abertura, na tarde do dia 24.

A Nova Central, na luta por um mundo melhor, participou da Marcha com a presença de dirigentes nacionais e estaduais. Entre eles José Calixto Ramos, presidente da NCST, Sônia Zerino, Diretora Nacional de Assuntos de Gênero, Ênio e Rangel diretores estaduais da NCST-RS.

O presidente da NCST Goiás, Mauro Zica, comandou a passeata, ao lado do presidente da NCST-RS, Valter Souza, e do presidente da NCST-MS, Rudinei Vera de Carvalho. As cores da Nova Central deram um colorido especial à manifestação.

Durante a realização do Fórum, a Nova Central realizou o seminário sobre saúde ocupacional, no dia 26 de janeiro, com o tema: "Trabalho, Saúde Ocupacional e Cidadania". Entre os assuntos abordados, Saúde e precarização do trabalho; Saúde ocupacional e organização no trabalho; Saúde e trabalho, direitos de cidadania e apresentação dos vídeos 'Uma Jornada



Dirigentes sindicais durante a Marcha de Abertura do FST, em Porto Alegre

Criminosa' e 'Carne e Osso: o Trabalho em Frigoríficos'.

Ainda durante o dia 26, a presidenta Dilma Rousseff participou do Fórum Social Temático (FST) 2012. No evento "Diálogos entre sociedade civil e governos", Dilma tratou de temas como a crise financeira, políticas de combate à pobreza e diretrizes para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, marcada para 21 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

Durante o evento, a presidenta defendeu a ideia de que o desenvolvimento do país se tornará cada vez mais sustentável na medida em que o povo brasileiro tenha cada vez mais ganhos sociais.

Com a presença da Nova Central, o Ginásio Gigantinho recebeu um público

entre 4 e 5 mil pessoas. A grande maioria de era de apoiadores, mas Dilma não deixou de ouvir protestos. Houve pedidos pela interrupção da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, o veto do novo código florestal e a intervenção federal na desocupação violenta da comunidade do Pinheirinho, em São Paulo. Em seu discurso, Dilma não fez referência a nenhuma das três questões.

MUNDO DO TRABALHO

Debates do "Mundo do Trabalho" também foram destaques durante o Fórum Social Temático. Entre eles, a Crise capitalista mundial, trabalho decente, movimento sindical e perspectivas para os trabalhadores. Estes e outros temas foram discutidos no auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Neles, a Nova Central foi representada pelos diretores Valter Souza, presidente da NCST-RS e Sebastião Soares, Diretor Nacional de Comunicação.

De acordo com o Comitê Organizador do Fórum Social Temático 2012, 40 mil pessoas participaram das atividades, que abrangeu a região de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Do total de participantes, 30 mil esteve na capital gaúcha e 10 mil nas demais cidades que sediaram o FST.

Sancionada Lei que reconhece profissão de turismólogo

A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.591, que reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício no Brasil. Porém, o texto sancionado vetou três artigos que previam exigências para o exercício da profissão, como a exigência de diploma e o registro em órgão competente. A norma jurídica foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2012.

De acordo com a Lei, o artigo 1º exigia que a profissão de turismólogo fosse exercida pelos diplomados em curso superior de bacharelado em turismo ou hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior,

oficiais ou reconhecidos em todo território nacional; pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma; e por não diplomados que exercessem as atividades de turismólogo ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos.

O artigo 3º exigia registro em órgão federal competente mediante apresentação de documento comprobatório da conclusão dos cursos de turismo, hotelaria ou similares, ou comprovação do exercício das atividades de turismólogo, e carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O artigo 4º estabelecia que a comprovação do exercício da profissão deveria ser no prazo de 180 dias, a contar da publicação da Lei.

Todos esses artigos foram vetados pela presidente Dilma Rousseff sob o argumento de que "a Constituição, em seu art. 5, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade."

A sancionada pela presidente manteve apenas o artigo 2º, que trata das atividades a serem exercidas pelos turismólogos.

**ESPAÇO COPA 2014**

Lei geral da Copa pode ser aprovada até março

O Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, disse que a Lei Geral da Copa deve ser aprovada e sancionada até a segunda quinzena de março, quando o Brasil receberá novamente a visita de representantes da Fifa.

Dois pontos da proposta são bastante polêmicos e dividem opiniões. A cobrança de meia-entrada para idosos e estudantes nos jogos do Mundial e a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Isso altera a lei vigente no

País, que passaria a respeitar a lei produzida pelo projeto da Lei Geral da Copa.

De acordo com o deputado federal Vicente Cândido (PT-SP), relator do projeto, a discussão dos dois pontos será finalizada logo neste mês para que as demais instâncias decisórias na Câmara dos Deputados possam debater e votar a matéria ainda em fevereiro.

Sobre a venda de bebidas, o Ministro dos Esportes declarou que “o

país se comprometeu a respeitar as marcas dos patrocinadores”. E ainda segundo Rebelo, a venda dentro dos estádios está assegurada. Porém defende algumas restrições, para não comprometer a nossa legislação.

Entre as restrições a que se referiu o Ministro, uma delas seria a proibição da venda de bebidas em bares e restaurantes e não permitir a circulação de bebidas nas arquibancadas durante os jogos.

Coluna Jurídica



McDonald's é condenado a pagar adicional de periculosidade

Um ex-empregado da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A, detentora de uma franquia da rede de lanchonetes McDonald's, deverá receber o adicional de periculosidade relativo ao período em que trabalhou na empresa como assistente de manutenção. A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao não conhecer, por maioria, do recurso da empresa, manteve entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) pela condenação ao pagamento.

O empregado, que trabalhou para a lanchonete entre 2003 e 2007, ingressou com reclamação trabalhista logo após a dispensa pleiteando o pagamento de verbas que não teriam sido pagas, como horas extras, equiparação salarial. Sobre o adicional de periculosidade, narrou em sua inicial que, durante o procedimento de manutenção das máquinas, ficava exposto à eletricidade.

A empresa, em sua defesa, sustentou que os serviços executados pelo funcionário não o teriam colocado em risco, pois não havia contato com energia elétrica. Segundo o empregador, na função

de assistente de manutenção o empregado apenas auxiliava na manutenção corretiva e preventiva de equipamentos elétricos, cuja tensão não ultrapassava 220 Volts. No primeiro ano do contrato de trabalho, ele teria trabalhado no atendimento ao público, sem exposição a riscos, logo após passando a função de manutenção de equipamentos.

O laudo pericial entregue à 5ª Vara do Trabalho de Londrina (PR) constatou que, no local, havia presença de energia elétrica em baixa tensão (220 a 380 volts), e que uma tensão a partir de 50 volts pode, em corrente alternada, causar danos ao corpo humano. Com as informações obtidas, o juízo de primeiro grau condenou a empresa ao pagamento do adicional. Segundo a sentença, ao passar a atuar efetivamente como assistente de manutenção o operário passou também a ficar exposto à ação de agentes perigosos à sua saúde (rede energizada), e, portanto tinha direito ao adicional de periculosidade, no valor de 30% sobre o salário contratual.

O Regional manteve a condena-

ção, por entender que a empresa não trouxe ao processo argumentos suficientes para contestar a conclusão do laudo pericial. Para o Regional, o “fator risco” que origina o pagamento do adicional de insalubridade está presente tanto nos sistemas elétricos de potência, tais como postes de luz, quanto nas unidades consumidoras de energia elétrica (fritadeiras, por exemplo). Para o TRT-PR, em ambos os casos o empregado fica exposto a risco de choques elétricos “potencialmente letais”.

No TST, o recurso da lanchonete não foi conhecido. Para a relatora, ministra Kátia Magalhães Arruda, ficou comprovado nos autos a similitude entre o sistema no qual o empregado trabalhava (sistema elétrico de consumo) e aquele de que trata a Lei 7369/85, que assegura o adicional aos trabalhadores do setor de energia em condições de periculosidade. Dessa forma, a decisão contrária esbarraria na Súmula nº 126 do TST, que impossibilita o reexame de fatos e provas. Ficou vencido o ministro João Batista Brito Pereira.

Notícia TST



CONTRATUH no Brasil

Jornal Sindiversões Jan / Fev / Mar / Abr - 2012 Nº 25
 Edição Quadrimestral
 Órgão Informativo do Sindicato Dos Empregados em Casas de Diversão de São Paulo e Região.
 Diretor Geral: Eliason Zapparel
 E-mail: sindiv@contrato.org.br - Site: www.sindiv.org.br

Sindiversões presente no Encontro Nacional da CONTRATUH

O Sindiversões também esteve presente no Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH) realizado entre os dias 16 e 18 de novembro, em Brasília, nas dependências do San Marco Hotel.

No encontro foram abordados, em nível nacional, os temas aprovados durante os Workshops Regionais, que em 2011 debateram a Qualificação Sindical. Este ano o encontro contou com palestras sobre Escrita Contábil de Entidades Sindicais (Orientação Normativa MTE Nº 1 de 25/08/2011).

No jantar de confraternização oferecido pela CONTRATUH o sorteio de brindes aos participantes, encerrou o evento. O Sindiversões foi contemplado com um Notebook da marca Positivo.

Sindehotéis Curitiba - 1ª Edição
 Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade em Curitiba e Região
 No 9 - 17 de Maio - Outubro 2011

SINDEHOTÉIS participa de Workshop nacional da CONTRATUH

Grupos de trabalho em sala de aula participando de um curso de qualificação em nível nacional, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH) em Brasília. O evento reuniu mais de 200 dirigentes sindicais com o objetivo de qualificar o nível dos grupos de trabalho e hospitabilidade, em nível nacional, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, em Brasília. O evento reuniu mais de 200 dirigentes sindicais com o objetivo de qualificar o nível dos grupos de trabalho e hospitabilidade, em nível nacional, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, em Brasília.

Crianças Desaparecidas



ALAN CARLOS MACEDO
Desaparecido em:
26/06/2003



JORDANA OLIVEIRA SILVA
Desaparecida em:
23/06/2004



ANALEIDE DE JESUS ALMEIDA COSTA
Desaparecida em:
15/08/2004

Coordenação da ReDesap - PR/SEDH/SPDCA
Telefone: (61) 3429.9336
E-mail: criancasdesaparecidas@mj.gov.br



CONTRATUH
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

EXPLORAÇÃO DO TURISMO SEXUAL INFANTIL.

CUIDADO. O BRASIL ESTÁ DE OLHO. DENUNCIE À POLÍCIA

BINGOS REGULAMENTAÇÃO JÁ!

CONTRATUH JUNTOS SOMOS FORTES

Envie o boletim informativo de sua entidade para a CONTRATUH



Disque-denúncia

100



IMPLEMENTANDO O TURISMO
REGULAMENTANDO OS CASSINOS
TEREMOS MAIS EMPREGOS

NÃO FAÇA SUA VIDA VIRAR UMA DROGA: DIGA NÃO ÀS DROGAS

Acesse o nosso site: www.contrato.org.br

